

Identidade nacional: uma questão travada no Primeiro Congresso Afro-brasileiro do Recife realizado em 1934.

Clilton Silva da PAZ

As tradições africanas foram fundamentais para o processo de integração do negro na América. Arthur Ramos ao considerar tal questão estava ainda preso a idéias de pureza e sobrevivência culturais, no entanto, não deixou de perceber como todo o aspecto cultural tornou-se importante para a inserção do negro na sociedade brasileira<sup>1</sup>. Diz o autor que tal fato “tem impressionado todos os africanistas brasileiros, desde Nina Rodrigues”. E segue afirmando que, por isso, os estudos africanistas no Brasil se referiam com maior insistência aos aspectos das culturas negras, “suas sobrevivências culinárias e sociais e até os vários traços da cultura material, como fabricação de instrumentos de música, esculturas, indumentárias e ornamentação”. Tais traços, segundo ele, estariam tão ligados às suas práticas religiosas que, a rigor, não poderiam ser estudados isoladamente<sup>2</sup>. Os estudos feitos pelos grandes estudiosos africanistas no Brasil, como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Edison Carneiro, desse modo, apontaram para como o conjunto cultural do negro africano tornou-se, em sua maioria, a base para a identificação dos negros no Novo Mundo.

Renato Ortiz<sup>3</sup> aponta que, na virada do século XIX para o século XX, no Brasil, autores como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Raymundo Nina Rodrigues debruçaram-se nos mais variados tipos e formas de manifestação cultural, em especial a cultura negra. Estavam preocupados em encontrar nossas origens, a nossa identidade nacional. A questão racial foi alavancada ao patamar de elemento fulcral da identidade brasileira, passando a ser tema dentre intelectualidade da época. Ademais, os trabalhos desenvolvidos possibilitaram o surgimento de instituições voltadas para os estudos etnológicos e antropológicos.

Na década de 1870, o pensamento romântico que permeava a literatura cederia lugar para uma visão de cunho mais naturalista e autores como Gonçalves Dias e José de Alencar seriam preteridos por autores menos românticos como Sílvio Romero e Euclides da Cunha. Tais autores tinham em suas obras a influência de três elementos que marcaram profundamente a intelectualidade brasileira desse período: o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo. Pensar a partir desses elementos seria o mesmo que preparar a sociedade ao sucesso econômico e social e, desse modo, alçar o patamar de civilização idêntico às nações européias. A questão da “superioridade”, como mostra Ortiz, neste momento tornava-se extremamente relevante, em especial para uma nação como o Brasil, recém liberto do fantasma da escravidão e alavancado ao *status* de nação democrática. Todavia um único obstáculo se opunha para este momento que seria o de alocar tal população negra enquanto cidadãos de direito e de fato. A não resolução de imediato deste problema implicava em verificar que o processo civilizador não acontecia e, dessa forma, o país encontrava-se em uma posição de inferioridade em relação às nações européias. Tal processo implicava no retardamento do país em se constituir enquanto nação. “O dilema dos intelectuais desta época é compreender a defasagem entre teoria e realidade”<sup>4</sup>.

Para os pensadores da época a questão ancorava-se em duas questões básicas: o meio e a raça. É importante observar que estes elementos marcariam toda a produção intelectual da época. Em *Os Sertões*, Euclides da Cunha, analisa o levante de Canudos, dando uma ênfase na questão da terra e na constituição do caboclo, o sertanejo e o homem do interior. E o mesmo ocorria com outros escritores da época que tinham neste duplo paradigma a chave para a interpretação da realidade brasileira. “A história brasileira é, desta forma, apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações tíbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”<sup>5</sup>.

Roberto Ventura<sup>6</sup> analisa que, para os defensores da civilização e da pureza racial, inserir o negro nas questões raciais e, mais tarde, a questão da miscigenação, levava a uma concepção por demais degenerativa por favorecer a imagem da apatia do indivíduo, do relaxamento, da preguiça e da perda da vitalidade dentre outros elementos. Tal processo levaria à perda total da moral e favoreceria o surgimento de relações escravistas, que em termos filosóficos, seria concebido pelo desprezo de uma nação por outra.

Após o fim do sistema escravista, travou-se um longo debate por parte da intelectualidade, em que apareceram dúvidas e questões acerca do papel e do lugar da cultura africana na sociedade brasileira. Oriunda para ser uma cópia da sociedade europeia e portuguesa, civilizada, internacionalizar as tradições dos escravos parecia tarefa difícil, pois a meta em questão seria o de galgar rumo a um processo de civilidade e modernização idêntica ao que ocorria na Europa. A visão realista e naturalista chocava-se com as aspirações de modernização da nação. A idéia de uma nação mestiça não era vista com bons olhos.

A escravidão não foi vista com bons olhos, por inserir o negro em sociedade já misturada entre índios e brancos e, por isso, maculava ainda mais os anseios de uma nação civilizada. “A escravidão passou a ser vista como *problemática* e se falava, entre as camadas letradas, de um ‘perigo negro’ que traria riscos à sobrevivência da civilização no Brasil”<sup>7</sup>. Ao final do século XIX, com o fim da escravidão, portanto, observou-se a inserção do negro nas grades temáticas da literatura brasileira.

Segundo Roque Barros Laraia<sup>8</sup> os trabalhos voltados para a compreensão do negro que se iniciaram através de Nina Rodrigues, tiveram como marca a busca da causa do subdesenvolvimento nacional, a patologia do negro africano. A partir destes estudos, vários outros ocorreram com o intuito de apontar, no final do século XIX e início do século XX, a inserção da cultura negra como uma questão degenerativa para a formação da nacionalidade brasileira.

Havia neste período, por parte da intelectualidade brasileira, ávida de inserir a nação nos parâmetros civilizatórios, o apoio à idéia de arianismo e imputando ao negro a benevolência de superioridade apenas ao índio. Como solução imediata à importação de imigrantes europeus, com toda a sua cultura e técnica que ao se relacionarem com a cultura do negro teria uma maior preponderância e afirmação. A mestiçagem seria vista como uma primeira alternativa para elucidar inicialmente um problema. Havia uma forte adesão ao pensamento arianista e de branqueamento, tão forte diluído na Europa por Gobineau e Lapouge e que encontrava forte eco nos ciclos letrados brasileiros.

Somente a partir do final da década de 1920 e início da década de 1930 a idéia de mestiçagem adquiriria corpo. Gilberto Freyre, segundo Laraia, propõe uma nova linguagem ao valorizar o mestiço. Toda sua obra, em especial *Casa Grande & Senzala* (1933), constitui uma contribuição fundamental para a reconsideração do papel do negro, do mestiço e da mestiçagem na formação da sociedade brasileira.

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, em fins do século XIX, homens como Raymundo Nina Rodrigues e Silvio Romero observaram a existência de costumes culturais que não eram oriundos da elite branca. Aspectos da cultura indígena e africana, tidas como bárbaras, foram responsabilizados por retardar o processo de construção de uma verdadeira identidade cultural, social e econômica e, por isso, eram vistas como elementos que maculavam o processo de desenvolvimento nacional e impediam o país de alcançar o esplendor de várias nações européias. Esse pensamento atravessaria todo o período da Primeira República e só seria atenuado, entre fins dos anos 1920 e início dos anos 1930, quando o negro e o mestiço começaram a ser vistos como elementos ativos e de contribuição positiva no processo cultural do país. Nesse sentido, vale lembrar da Semana de Arte Moderna de 1922, que incentivou a aceitação por parte da sociedade de uma cultura mestiça, onde identidade cultural e identidade nacional tornavam-se perfeitamente articuladas. Surgia um contraponto ideário ao que era defendido pelos intelectuais do final do século XIX. A idéia de um Brasil mestiço passava a ser

formulada, demonstrando que a riqueza cultural nacional provinha justamente da multiplicidade de suas raízes e a mistura, antes encarada como nociva, passava a ser vista como elemento importante para a formação do patrimônio cultural. Abria-se, então, a possibilidade para a inserção do negro na cultura nacional.

Na esteira das discussões que nortearam o livro de Freyre realizou-se no Recife, no ano de 1934, o Primeiro Congresso Afro-Brasileiro. O evento com uma técnica inteiramente nova, colocou-se em volta das mesas doutores, estudiosos, babalorixás e iyalorixás, pessoas dos mais diversos meios, todos voltados para analisar a contribuição não apenas de um povo, mas de uma etnia. Estudiosos e pessoas comuns que descobriram nas tradições dos africanos e seus descendentes, algo mais do que um simples pitoresco. E assim, foi o Congresso, realizado no teatro de Santa Izabel com contribuições de dez, vinte e cinqüenta mil réis, que deu apenas para pagar algumas despesas de correspondência e alimentação para os participantes.

Arthur Ramos, prefaciador do 2º volume dos trabalhos apresentados nesse Congresso<sup>9</sup>, analisa que o evento ocorrido em novembro de 1934 foi de total importância para os estudos acerca da cultura brasileira, em especial para as contribuições imputadas pela cultura africana. Os trabalhos apresentados tinham por excelência novos ângulos e novas formas de pesquisa sobre a participação do negro no processo de formação da nação, pois segundo Ramos: “*a marcha dos trabalhos, a brilhante iniciativa iria trazer para os estudos sobre o problema do Negro no Brasil, novos ângulos de visão, novos métodos de pesquisa, novas directrizes para o futuro de taes teses.*”<sup>10</sup> O Congresso realizado em 1934, vinha na esteira dos vários acontecimentos que primavam pela discussão do papel do negro na sociedade. É importante observar que Gilberto Freyre estudioso e conhecedor do assunto publicara no ano anterior a primeira edição de Casa Grande & Senzala, obra que estudava pela primeira vez na historiografia o negro enquanto elemento constitutivo da identidade nacional.

Gilberto Freyre<sup>11</sup> analisa que o Congresso ocorrido em Recife foi importante por definir um movimento de grande benefício para a vida cultural do país. Estiveram presentes doutores

como Jarbas Pernambucano, conhecedores da técnica da macumba como Nóbrega da Cunha,, modernistas como Mário de Andrade e tantos outros conhecedores e estudiosos da cultura nacional. Muitos intelectuais e artistas, participantes da Semana de Arte Moderna de 1922, estiveram presentes ou enviaram trabalhos importantíssimos como: Lasar Segall, Portinari, Noemia, Di Cavalcanti, Santa Rosa, Mário de Andrade, Manoel Bandeira e tantos outros artistas e escritores com a finalidade de evocar na visão *freyriana* “a ternura afro-brasileira”.

A importância do 1º Congresso Afro-Brasileiro realizado em Recife, apesar da sua simplicidade ofereceu uma nova visão aos estudos afro-brasileiros. A apresentação de inúmeros e importantes trabalhos apresentou-se de forma interessante, por trazer à tona novos esclarecimentos e novos pontos de vista sobre a situação do negro e do mestiço no Brasil, observando a importância destes grupos para a formação social e cultural do país. No decorrer da década de 1930, outros congressos foram realizados com o intuito de alavancar novas e frutíferas discussões sobre a posição do negro no processo de formação da identidade nacional.

---

<sup>1</sup> RAMOS, Arthur, As culturas negras, Rio de Janeiro: Livraria – Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1946.

<sup>2</sup> ibid. pg. 76.

<sup>3</sup> ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 4ª edição, Editora Brasiliense, 1994.

<sup>4</sup> Ibid., p.15.

<sup>5</sup> ibid., p. 16.

<sup>6</sup> VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>7</sup> ibid., p. 46.

<sup>8</sup> LARAIA, Roque de Barros. Relações ente negros e brancos no Brasil. Suplemento de dados. N.º 21, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979.

<sup>9</sup> FREYRE, Gilberto (org.). Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934, 2º volume, Ariel Editora LTDA: Rio de Janeiro, 1936. pg. 11-14.

<sup>10</sup> Ibid., p.11-12.

<sup>11</sup> FREYRE, Gilberto. O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. In: FREYRE, Gilberto (org.). Estudos Afro-Brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934, 2º volume, Ariel Editora LTDA: Rio de Janeiro, 1936. pg. 348-352.